



**DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA REDE DE APOIO DA POPULAÇÃO
LGBTQIAPN+**

**CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN THE POPULATION SUPPORT
NETWORK LGBTQIAPN+**

Andréia Batista da Silva¹

Elaine Conte²

RESUMO

Este trabalho investiga as percepções sobre a rede de apoio LGBTQIAPN+, examinando os elementos que impactam o acesso e a participação neste grupo, composto por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e não Binários. O objetivo é destacar a importância de redes de cuidado a essa população e relatar a vivência de estágio no Ambulatório T de Canoas, frente aos atendimentos do público LGBTQIAPN+. O relato de experiência mostra que as redes de apoio à população LGBTQIAPN+ são fundamentais para um atendimento inclusivo, mas ainda existem falhas na implementação de políticas públicas, principalmente na formação permanente dos profissionais. A capacitação contínua é essencial para desconstruir preconceitos e promover um acolhimento humanizado através do trabalho coletivo e interseccional. Atividades como atendimento individual e grupos de apoio destacam a importância de fortalecer e aprimorar os vínculos entre serviços e usuários. Além disso, há resistência institucional que impede o acesso pleno aos direitos dessa população. O Serviço Social tem um papel crucial na articulação entre políticas públicas e o contexto social, político, econômico e cultural de práticas que acontecem no atendimento à comunidade LGBTQIAPN+, influenciada por relações de poder, interesses econômicos e agendas políticas.

Palavras-chave: População LGBTQIAPN+; Sistema Único de Saúde; Sistema Único de Assistência Social; Rede de apoio.

¹ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade La Salle – Unilasalle. E-mail: andreia.202121762@unilasalle.edu.br

² Professora da Universidade La Salle, atua na graduação e nos Programas de Pós-Graduação (PPG) em Educação e do PPG em Memória Social e Bens Culturais, ambos da Universidade La Salle. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Líder do Núcleo de Estudos sobre Tecnologias na Educação (NETE/CNPq), com financiamento do Programa Pesquisador Gaúcho/FAPERGS. Bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq - Nível 2. Possui graduação em Pedagogia com habilitação em séries iniciais e matérias pedagógicas e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria. É membro do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade La Salle e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Colabora com as investigações do Grupo de Estudos sobre Filosofia da Educação e Formação de Professores (UnB) e do Grupo de Pesquisa: Laboratório de Formação e Estudos da Infância (UFPel). Link do CV: <http://lattes.cnpq.br/8885390885955168> E-mail: elaine.conte@unilasalle.edu.br

ABSTRACT

This work investigates perceptions about the LGBTQIAPN+ support network, examining the elements that impact access and participation in this group, made up of Lesbians, Gays, Bisexuals, Trans, Queer, Intersex, Asexuals, Pansexuals and non-Binary. The objective is to highlight the importance of care networks for this population and report the internship experience at the Ambulatorio T de Canoas, in relation to the services provided to the LGBTQIAPN+ public. The experience report shows that support networks for the LGBTQIAPN+ population are fundamental for inclusive care, but there are still flaws in the implementation of public policies, especially in the ongoing training of professionals. Continuous training is essential to deconstruct prejudices and promote a humanized welcome through collective and intersectional work. Activities such as individual assistance and support groups highlight the importance of strengthening and improving links between services and users. Furthermore, there is institutional resistance that prevents full access to the rights of this population. Social Service has a crucial role in articulating public policies and the social, political, economic and cultural context of practices that take place in serving the LGBTQIAPN+ community, influenced by power relations, economic interests and political agendas.

Keywords: LGBTQIAPN+ population; Unified Health System; Single System of Social Assistance; Support network.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS LGBTQIAPN+

L-Lésbica: Mulher que é atraída afetiva e /ou sexualmente exclusivamente por mulheres.

G-Gay: Homem que é que atraído afetiva e/ou sexualmente exclusivamente por homens.

B-Bissexual (ou Bi): Pessoa que é atraída afetiva e/ou sexualmente por outras pessoas de qualquer gênero.

T-Transgênero: Diferentemente das letras anteriores, o T não se refere a uma orientação sexual, mas a identidades de gênero. Também chamadas de “pessoas trans”, elas podem ser transgênero (homem ou mulher), travesti (identidade feminina) ou pessoa não binária, (que se compreende além da divisão binária "homem e mulher”).

Q-Queer: Termo abrangente que se refere a pessoas que não são exclusivamente heterossexuais e cisgêneros. O termo Queer também é utilizado para descrever identidades e expressões de gênero que vão além dos binarismos “homem e mulher”, “homossexual e heterossexual”.

I-Intersexual: Pessoa que nasce com anatomia reprodutiva ou sexual, ou ainda com um padrão de cromossomos, que não pode ser classificado (a) como sendo de macho ou fêmea.

A-Assexual: Pessoa que não é atraída sexualmente por ninguém. Pode haver atração romântica/afetiva ou não.

P-Pansexual: Pessoa que é atraída afetiva e/ou sexualmente por outras pessoas. Apesar de ser semelhante à bissexualidade, se diferencia pelo contexto e forma que a pessoa prefere se identificar.

N/NB: Não binários/es: pessoas que não se identificam com o gênero feminino ou masculino, podendo se identificar com mais de um ou nenhum.

+: O símbolo de “mais” no final da sigla aparece sempre para incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo. A ideia é incluir toda a diversidade, sem deixar ninguém para trás.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo focou em investigar as percepções da rede de apoio LGBTQIAPN+ que abrange pessoas Lésbicas, Gays, Bi, Trans, *Queer*, Intersexo, Assexuais, Pan, Não-binárias, sobre os fatores que influenciam o acesso e a participação nessas redes. A problemática de investigação busca respostas à seguinte pergunta: Quais são os principais obstáculos sociais, econômicos e institucionais que limitam o acesso e a participação da população LGBTQIAPN+ nas redes de apoio, e de que forma políticas públicas e práticas profissionais podem ser aprimoradas para garantir um atendimento inclusivo, humanizado e equitativo nos serviços de saúde e assistência social?

A análise teórica e prática procura compreender as dinâmicas sociais, econômicas, psicológicas e institucionais que moldam essas interações, propondo ações que favoreçam maior inclusão e fortaleçam essas redes de apoio. A pesquisa fornece caminhos para a

implementação de medidas que aumentem a acessibilidade e a eficácia dessas redes, criando um ambiente mais acolhedor para a comunidade LGBTQIAPN+.

A inclusão social e o reconhecimento dos direitos da população LGBTQIAPN+ têm ganhado destaque nas discussões sobre direitos humanos e políticas públicas (SANTOS; CARDIN, 2024). Embora avanços importantes tenham sido obtidos, ainda há muitas barreiras que limitam o pleno acesso dessa população a serviços básicos, como saúde, educação e assistência social. Assim, este estudo concentra-se nas ações de um projeto que visa o fortalecimento da rede de apoio LGBTQIAPN+, com foco nas demandas específicas da população trans, especialmente no que se refere à saúde.

Para Lima *et al.*, (2015), torna-se urgente construir e fortalecer uma rede de cuidados em saúde para a população LGBT, desde a atenção primária até os serviços de alta complexidade no Sistema Único de Saúde (SUS), por princípios de uma cultura universalista. Essa demanda desafia o sistema de saúde pública no Brasil, sendo necessário criar também uma cultura de cuidado que não segregue esses cidadãos em guetos ou ambulatórios específicos, mas que os integre suas especificidades de maneira inclusiva no SUS.

Essas ações incluem suporte direto aos usuários, oferta de serviços essenciais e mediação de grupos de apoio, além de programas de educação permanente voltados para os profissionais do SUS e Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Dessa forma, busca-se promover o acesso equitativo aos serviços públicos, garantindo que a população LGBTQIAPN+ receba acolhimento adequado e qualificado. Através de iniciativas de sensibilização e capacitação contínua, profissionais dessas redes são preparados para lidar de maneira mais humanizada e inclusiva com as demandas específicas desse grupo, rompendo com preconceitos estruturais e fortalecendo a rede de apoio.

As ações visam também identificar e superar as barreiras sociais, econômicas e institucionais que muitas vezes impedem o pleno acesso a estes serviços. Além disso, a criação de um espaço seguro nos grupos de apoio, permite a partilha de experiências, fortalece o sentido de comunidade e promove o bem-estar social e psicológico dos participantes. Portanto, as ações da rede de apoio tornam-se essenciais para garantir os direitos, o respeito e a dignidade da população LGBTQIAPN+, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Diante do exposto, o objetivo geral é relatar a vivência de estágio no Ambulatório T de Canoas, frente aos atendimentos do público LGBTQIAPN+. Os objetivos específicos ficaram delimitados em: compreender como o Serviço Social atua frente à inclusão do público LGBTQIAPN+ e apresentar como a rede de apoio do público LGBTQIAPN+ contribui para a garantia de direitos e enfrentamento das desigualdades.

2 METODOLOGIA

A abordagem utilizada nesta pesquisa é de natureza qualitativa, que se caracteriza por buscar a compreensão aprofundada de fenômenos sociais a partir da interpretação de dados não numéricos, como experiências, documentos e narrativas. Para Minayo (2002, p. 21-22), “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”.

Esta pesquisa ainda contou com um levantamento bibliográfico para contextualizar a temática, fornecendo uma base teórica sólida sobre a atuação do Serviço Social frente às demandas da população LGBTQIAPN+. Segundo Gil (2002, p 17), “a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema”. Acrescentam-se outras buscas em artigos acadêmicos, livros e documentos institucionais informações relevantes sobre as políticas públicas, redes de apoio e os desafios enfrentados por essa população. Assim, os principais autores utilizados foram Minayo (2002), Gil (2002), Fonseca (2002), Scalabrin e Molinari (2013), dentre outros. A pesquisa bibliográfica é realizada:

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Associada a um relato de experiência, uma modalidade de pesquisa que tem como objetivo compartilhar vivências práticas e reflexões obtidas em situações específicas, contribuindo para a construção de saberes e aprimoramento profissional. Essa abordagem proporciona uma compreensão mais profunda das dinâmicas enfrentadas no campo de atuação.

O Estágio em sua acepção mais ampla sugere dar condições ao estagiário para a reflexão relativa ao seu fazer pedagógico mais abrangente e assim construir a sua identidade profissional. Deste modo, o estágio é um campo de conhecimento, é uma aproximação do estagiário com a profissão que irá exercer e com os as pessoas com quem irá trabalhar suas práticas a cada dia para que enfrente menos dificuldades futuramente (Scalabrin; Molinari, 2013, p. 09).

A seleção do tema ligado à experiência com a comunidade LGBTQIAPN+ foi motivada pela experiência durante o estágio, que permitiu um contato direto com os obstáculos que essa

comunidade enfrenta para acessar serviços de saúde e assistência social. Com essa imersão, pude perceber as barreiras resultantes do preconceito, da discriminação e da incompreensão das necessidades específicas dessa população, especialmente no que se refere ao acolhimento e ao respeito às suas identidades.

No decorrer do estágio, de agosto de 2023 a setembro de 2024, no Ambulatório T, na cidade de Canoas/RS, a interação com os usuários LGBTQIAPN+ evidenciou a relevância de redes de apoio que proporcionem apoio emocional, social e prático, além da urgência em fomentar a inclusão e o fortalecimento dessa comunidade. Esta experiência despertou o interesse em aprofundar a compreensão sobre as dinâmicas que influenciam a participação e o acesso aos grupos de suporte, visando elaborar estratégias que possam auxiliar na melhoria dos serviços prestados e no fortalecimento da rede de suporte LGBTQIAPN+.

A interface entre a experiência de estágio com a população LGBTQIAPN+ e o Serviço Social emerge de forma inerente, dado que essa área de atuação se orienta pela promoção de direitos humanos e pela garantia de acesso equitativo a serviços essenciais. O Serviço Social tem como um de seus eixos centrais o enfrentamento das desigualdades e discriminações estruturais, promovendo a inclusão social e combatendo as múltiplas formas de opressão que incidem sobre a comunidade LGBTQIAPN+.

Assim, a vivência no campo de estágio revelou a relevância das redes de apoio como mecanismos fundamentais para que essa população possa superar as barreiras impostas pelo preconceito, incluindo a efetivação de direitos como a retificação de nome social, a emissão da carteira de nome social, o acesso à saúde integral, à segurança e ao processo transexualizador no SUS (Brasil, 2013). Dessa forma, o trabalho do assistente social, em conjunto com outros profissionais, é essencial para criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor, garantindo que as demandas da população LGBTQIAPN+ sejam atendidas de forma digna e respeitosa.

A partir da experiência com a população LGBTQIAPN+, observou-se a atuação do Serviço Social no enfrentamento de barreiras estruturais, como a discriminação e a exclusão social, além da análise da eficácia da rede de apoio disponível. Portanto, este relato visa contribuir para o debate acadêmico sobre práticas de inclusão e proteção social direcionadas a essa população, destacando as estratégias implementadas pelos profissionais para assegurar o acesso a direitos fundamentais e promover cuidados equitativos. A investigação evidencia a importância da atuação do Serviço Social na mitigação das desigualdades e na promoção da justiça social, com ênfase nas especificidades que envolvem o atendimento à comunidade LGBTQIAPN+.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Aproximação do objeto de pesquisa com a Questão Social

O objeto de intervenção do Serviço Social é a *questão social*, que consiste nas diversas expressões das desigualdades resultantes das contradições estruturais do modo de produção capitalista. Esse conceito refere-se às condições materiais e sociais vivenciadas pelas classes subalternas e às demandas emergentes dessas condições, incluindo pobreza, exclusão social, violência, discriminação e acesso restrito a direitos fundamentais. Conforme expõe Iamamoto (1997, p. 14):

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social.

Assim, o contexto de tensão entre a produção da desigualdade e a resistência é uma realidade cotidiana para os assistentes sociais. Esses profissionais atuam em espaços e tempos permeados por interesses sociais conflitantes, que vão desde o enfrentamento de desigualdades estruturais até o apoio às lutas específicas e de grupos por seus direitos. A questão social, portanto, não é uma abstração distante, mas uma realidade concreta manifestada em diversas formas de exclusão e opressão, que os assistentes sociais devem abordar por meio de estratégias de inclusão e promoção de direitos (Iamamoto, 1982). Ademais,

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (Iamamoto; Carvalho, 1983, p. 77).

Essa perspectiva evidencia que os assistentes sociais estão diretamente envolvidos no enfrentamento dessas desigualdades, operando em um contexto de constante tensão e conflito social, com o objetivo de promover inclusão, garantir a justiça social e cidadania. As expressões da questão social presentes no exercício profissional do assistente social podem ser identificadas como determinantes sociais da saúde (Mito; Nogueira, 2009).

A transfobia, definida como a aversão, repulsa, ódio ou preconceito direcionado a pessoas com identidades de gênero não cisnormativas - incluindo travestis, transgêneros e

transexuais -, resulta na criação de barreiras estruturais para o acesso a direitos sociais, tais como saúde, trabalho, moradia e educação. Para além das barreiras de acesso, a transfobia configura-se como uma forma de violência que pode se manifestar por meio de atitudes discriminatórias, violência física ou verbal, entre outras formas de agressão (Cardoso *et al.*, 2022).

Ao analisar o fenômeno da transfobia no Brasil, observa-se que este se caracteriza por uma série de atitudes e sentimentos negativos dirigidos a pessoas trans, sejam travestis, transexuais ou transgênicos. Esses comportamentos, intencionais ou não, geram graves consequências para aqueles que sofrem tal discriminação. Além disso, indivíduos trans podem ser vítimas de homofobia, assim como homossexuais podem ser alvos de transfobia, devido à confusão entre identidade de gênero e orientação sexual. O Brasil destaca-se como líder global em homicídios de indivíduos trans, apresentando o maior índice de assassinatos relacionados à diversidade de gênero, conforme evidenciado por Benevides e Nogueira (2021).

No ano de 2020, o país consolidou a primeira posição nesse ranking, com cifras que se mantiveram significativamente elevadas. A análise dos dados revelou 184 casos registrados no Mapa dos Assassinatos de 2020; após uma investigação rigorosa, identificamos 175 homicídios de pessoas que expressavam identidades de gênero femininas em descompasso com o sexo designado ao nascimento, que serão objeto de investigação nesta pesquisa (Benevides; Nogueira, 2021).

O Mapa dos Assassinatos (2020) indica que, entre os 109 casos em que a idade das vítimas foi identificada, 61 (56%) tinham entre 15 e 29 anos, enquanto 31 (28,4%) estavam na faixa etária de 30 a 39 anos. Oitenta (7,3%) das vítimas tinham entre 40 e 49 anos, e 9 (8,3%) pertenciam à faixa etária de 50 a 59 anos. Não foram registrados homicídios de pessoas trans com idade superior a 60 anos. A idade média das vítimas foi de 29,5 anos.

Além disso, a morte prematura de jovens (15 a 29 anos), em decorrência de homicídios, é um fenômeno que vem crescendo no Brasil desde a década de 1980, conforme apontado pelo Atlas da Violência (2020). Destaca-se que a média de assassinatos anuais durante o período analisado (2008 a 2020) foi de 123,8 casos. No ano de 2021, foram documentados 140 homicídios, o que indica uma persistência dos índices elevados em termos absolutos.

Figura 1 - Dados de assassinatos de pessoas trans no Brasil entre 2008-2020



Fonte: Benevides e Nogueira (2021).

No documento “Assistente Social no combate ao preconceito – transfobia”, elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (2016, p.13), é exposto que:

As discriminações à população T, em razão da forma como se exprimem do ponto de vista do gênero, se manifestam desde a infância, na forma de violências, imposições ou de abandono/negligência familiar, de um longo processo de expulsão da escola e de várias outras opressões e violências (inclusive sexuais), muitas vezes sem qualquer tipo de interferência do Estado no sentido de coibi-las.

A luta pelos direitos sociais da população trans perpassa pela luta contra a heterossexualidade compulsória e as normas de gênero, contra o Estado Capitalista e disciplinador dos corpos e da vida. O Serviço Social ao reconhecer a transfobia como expressão da questão social e esse como campo de intervenção, reafirma seu compromisso ético-político com a classe trabalhadora, uma vez que “se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (Netto, 2006, p. 15).

Portanto, o assistente social, como profissional inserido nas dinâmicas complexas da questão social, desempenha um papel fundamental na promoção da equidade e da justiça social. Sua atuação é direcionada ao enfrentamento das diversas manifestações da desigualdade, com foco na garantia de direitos e no acesso a serviços essenciais (Iamamoto, 1997). Nesse sentido, a prática do Serviço Social visa reduzir as iniquidades estruturais e melhorar as condições de vida das populações em situação de vulnerabilidade, como a comunidade LGBTQIAPN+, por meio de intervenções que promovem a inclusão e a cidadania.

3.2 Serviço Social frente à inclusão do público LGBTQIAPN+

A atuação do assistente social na promoção e defesa dos direitos fundamentais desempenha um papel crucial no enfrentamento das desigualdades e exclusões sociais. O Serviço Social é diretamente voltado para assegurar o acesso a direitos essenciais, como saúde, educação, assistência social, moradia e trabalho, com o objetivo de promover justiça social e dignidade para todos os indivíduos (Sierra, 2011).

Nesse contexto, o assistente social exerce a função de mediador entre as demandas da população e as políticas públicas, assumindo uma posição estratégica na defesa dos direitos humanos e na inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade. Soma-se a isso, o fato de que o profissional contribui à desconstrução de práticas discriminatórias e opressivas, fortalecendo a cidadania e a autonomia dos sujeitos. Ao atuar na defesa dos direitos, o Serviço Social adota uma postura crítica, tanto na formulação de políticas públicas que busquem equidade quanto no oferecimento de suporte direto àqueles que enfrentam barreiras sociais e institucionais (Iamamoto, 2004).

A atuação do Serviço Social junto à população LGBTQIAPN+ se concretiza por meio da implementação de ações que asseguram a inclusão em políticas públicas, como a retificação de registro civil, a obtenção do nome social, e o direito à saúde integral e humanizada, entre outras demandas específicas (CFESS, 2023). A luta contra as desigualdades estruturais e a promoção de uma vida digna para essa população estão no âmago da prática profissional, que visa desmantelar as opressões sistêmicas que negam direitos e cidadania a esses indivíduos.

O compromisso ético com a promoção e defesa dos direitos, base da atuação profissional no Serviço Social, é fundamentado em princípios que valorizam a dignidade humana, a liberdade e a justiça social. Esses valores orientam a prática cotidiana do assistente social, que busca, de forma contínua, contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, equitativa e justa (CFESS, 1993).

No que se refere à população LGBTQIAPN+, o Serviço Social desempenha um papel essencial, dada a missão da profissão em promover a equidade e a justiça social. Esse grupo enfrenta múltiplas formas de discriminação, exclusão social e marginalização, o que demanda uma intervenção qualificada, ética e sensível. Os assistentes sociais, portanto, atuam para garantir o acesso a direitos e serviços, promovendo o enfrentamento de preconceitos e a desconstrução de práticas opressivas, com o objetivo de assegurar a dignidade humana e a plena cidadania dessa população (CFESS, 2023).

Dessa forma, a defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+ exige um entendimento profundo das especificidades que envolvem suas vivências, como as barreiras no acesso a serviços de saúde, educação, trabalho e segurança, frequentemente agravadas pela transfobia e pela homofobia. O assistente social, nesse contexto, desempenha um papel fundamental ao

mediar o acesso a esses direitos e ao lutar contra as violações que atingem esse grupo (CFESS, 2023).

Cabe destacar aqui que a inclusão da população LGBTQIAPN+ na sociedade é essencial para garantir sua dignidade, respeito e pleno acesso aos direitos humanos. Quando essa população é integrada de forma equitativa, há uma redução significativa dos impactos adversos associados à discriminação, como marginalização, violência e exclusão social. A inclusão não apenas assegura o exercício de seus direitos fundamentais, como saúde, educação, trabalho e outros serviços essenciais, mas também promove a equidade social e a justiça (CFESS, 2023).

O sentimento de inclusão garante a integridade da pessoa e desempenha um papel vital no bem-estar emocional e psicológico desses indivíduos, pois o reconhecimento e a aceitação social fortalecem a autoestima, o autoconhecimento, o autorreconhecimento e proporcionam um senso de pertencimento com a comunidade cultural. Em contrapartida, a invisibilidade e a negação de identidade que muitos indivíduos LGBTQIAPN+ enfrentam ao longo de suas vidas estão diretamente associadas a graves consequências para a saúde mental, incluindo traumas, depressão e ansiedade. Portanto, a inclusão não é apenas um imperativo ético e social, mas também uma necessidade para a promoção da saúde e do bem-estar dessa População (Costa; Thomasi, 2024).

A construção de uma sociedade inclusiva não apenas beneficia a população LGBTQIAPN+, mas também enriquece toda a comunidade, ao promover a diversidade e o respeito às diferenças. A inclusão amplia o acesso a espaços de poder, permitindo que essas pessoas tomem decisões sobre suas próprias vidas e participem ativamente no desenvolvimento social, político e econômico. Ao incluir vozes historicamente marginalizadas, a sociedade se torna mais democrática e plural, resultando em um ambiente mais justo e equilibrado (Costa; Thomasi, 2024). Conforme discutido, o Serviço Social desempenha um papel essencial na promoção da inclusão da população LGBTQIAPN+, utilizando estratégias voltadas à defesa de direitos, ao combate à discriminação e à promoção da equidade social.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Conforme Larrosa (2016, p. 28), “somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação”. A inserção no campo de estágio foi viabilizada por uma iniciativa da instituição de ensino, que objetiva proporcionar aos estudantes uma experiência prática alinhada às diretrizes do curso de Serviço Social. A escolha do campo de atuação, focado na população LGBTQIAPN+, fundamentou-se na necessidade premente de desenvolver competências específicas relacionadas à inclusão social e à promoção dos direitos dessa

população, bem como proporcionou um contato com essa realidade dentro de um contexto da profissão.

Conforme mencionado, além de ser uma área de conhecimento e atuação que aproxima o estagiário da sua profissão, também permite a valorização das diferenças humanas e o reconhecimento de práticas variadas com as quais o futuro profissional irá interagir, visando minimizar as dificuldades que poderão ser enfrentadas ao longo da carreira. Sobre isso, Scalabrin e Molinari (2013, p. 9) ressaltam:

O Estágio em sua acepção mais ampla sugere dar condições ao estagiário para a reflexão relativa ao seu fazer pedagógico mais abrangente e assim construir a sua identidade profissional. Deste modo, o estágio é um campo de conhecimento, é uma aproximação do estagiário com a profissão que irá exercer e com os as pessoas com quem irá trabalhar suas práticas a cada dia para que enfrente menos dificuldades futuramente.

Durante o período do estágio, a falta de convivência prévia pode se tornar um obstáculo significativo, especialmente em situações que demandam conhecimentos mais complexos. Esses desafios, muitas vezes, exigem respostas que transcendem o conhecido ampliando ao desconhecido, tornando fundamental o desenvolvimento de competências para lidar adequadamente com as circunstâncias e interagir de forma engajada com os outros. Essa capacidade pode ser uma das mais difíceis de adquirir.

Dessa forma, o aconselhamento de um profissional experiente é essencial, uma vez que esse supervisor desempenha um papel vital na resolução de dúvidas e na orientação de ações, tais como: Atendimento individualizado aos usuários LGBTQIAPN+, mediação de grupos de apoio, participação em reuniões interdisciplinares, elaboração relatórios sociais, encaminhamentos para serviço de saúde e assistência social, além da organização do planejamento e realização de atividades educativas voltados para a conscientização sobre direitos e cidadania dessa população.

Cabe pontuar aqui que as atividades foram implementadas através de uma prática contínua de atendimento individualizado direcionada à população LGBTQIAPN+, com foco em uma escuta sensível e acolhedora às necessidades específicas de cada sujeito. Ao compreendermos as questões relacionadas à saúde, direitos, identidade de gênero e aspectos sociais, fornecemos orientações, apoio emocional e o acesso aos direitos fundamentais, como a retificação de nome e o processo transexualizador no SUS.

Vale destacar também a participação em reuniões interdisciplinares, nas quais profissionais de diversas áreas, como psicologia, enfermagem, medicina e Serviço Social, colaboraram para discutir e planejar intervenções em interseccionalidade aos sujeitos LGBTQIAPN+. Essa abordagem interdisciplinar possibilitou o desenvolvimento de estratégias conjuntas de atendimento e encaminhamento, integrando as práticas do Serviço Social com

outras áreas de cuidado, propondo uma visão mais abrangente da experiência humana, levando em consideração múltiplos fatores e camadas que afetam a vida das pessoas.

Michel Foucault (1987), na obra *Vigiar e Punir*, discute como o saber especializado é fundamental para disciplinar corpos e sujeitos, mas também como práticas integradas podem potencialmente subverter estruturas de exclusão por mecanismos de poder, conhecimento e marginalização. Foucault aborda como as instituições, ao moldarem o conhecimento e os discursos, afetam diretamente a maneira como os indivíduos são tratados dentro de sistemas de poder. Essa obra ressoa com a abordagem interdisciplinar no cuidado à população LGBTQIAPN+, especialmente quando refere que o poder e o conhecimento não estão dissociados. Ao contrário, cada um implica diretamente o outro. Em sociedades contemporâneas, são as práticas e as formações discursivas que constroem o saber, que por sua vez legitima intervenções sobre os corpos e sobre as vidas das populações marginalizadas (Foucault, 1987).

O diálogo e o compartilhamento de conhecimentos contribuem para a formulação de estratégias e experiências mais inclusivas e acolhedoras. Essas estratégias são essenciais para enfrentar os desafios impostos pelo preconceito e pela exclusão social, promovendo, assim, um atendimento mais equitativo e respeitoso às necessidades dessa população. Adicionalmente, foi realizada a elaboração de relatórios sociais, uma tarefa que proporcionou um registro detalhado da situação social dos envolvidos. Essas documentações servem como base para orientar, avaliar e recomendar medidas de apoio junto a redes de instituições públicas. A criação desses relatórios exigiu uma análise crítica e ética, assegurando a proteção da privacidade e dos direitos das pessoas atendidas (IEPS, 2023).

Salienta-se que os relatórios sociais constituíram uma parte essencial da atuação porque exigiu uma análise cuidadosa das realidades vivenciadas pelos sujeitos LGBTQIAPN+, considerando tanto os aspectos individuais quanto os contextos sociais e institucionais que os impactam. Dessa forma, tal prática foi sendo aprimorada na capacidade de observação crítica e síntese, além de traduzir as demandas e vulnerabilidades das pessoas por meio de ações e encaminhamentos (IEPS, 2023).

Os encaminhamentos dessa população para os diversos serviços que atendem as suas demandas específicas envolveram processos de articulação com o SUS e SUAS, para consultas médicas, tratamentos especializados e outros serviços essenciais, garantindo a dignidade, o respeito e a efetivação dos direitos da população LGBTQIAPN+. Essa abordagem integrada promove o bem-estar e a inclusão social deste grupo frequentemente marginalizado, evidenciando a garantia da efetivação dos direitos da população LGBTQIAPN+. A colaboração com o SUS e SUAS demonstrou que, quando existe uma rede de apoio bem estruturada, até as

questões complexas relacionadas à saúde, ao uso do nome social, à retificação de documentos e ao acolhimento em situações de vulnerabilidade social são facilmente agilizadas (Brasil, 2013a).

Observou-se que a resistência enfrentada pela população LGBTQIAPN+, seja em termos de discriminação institucional ou social, pode ser mitigada com o apoio contínuo por parte das equipes de assistência social e dos debates interseccionais entre os envolvidos. Contudo, ainda existem desafios significativos a serem superados, como a necessidade de sensibilizar e capacitar continuamente esses profissionais para que possam abordar as demandas específicas da população de maneira inclusiva e respeitosa.

Durante o estágio, foram realizadas atividades educativas com o objetivo de promover a conscientização tanto da população LGBTQIAPN+ quanto dos profissionais de saúde e assistência social no combate à discriminação. Foram organizadas rodas de conversa e oficinas que abordaram temas como saúde integral, cidadania e políticas públicas de inclusão social. As rodas de conversa serviram ao acolhimento da comunidade LGBTQIAPN+ e na criação de um ambiente seguro para que os participantes compartilhassem suas experiências, preocupações e desafios cotidianos. Essas reuniões abordavam uma variedade de temas, incluindo os direitos da população LGBTQIAPN+, cuidados de saúde abrangentes, identidade de gênero, orientação sexual, processos de resignação de gênero e estratégias para combater a transfobia e contribuir para as discussões com intervenções relevantes no campo (Benevides; Nogueira, 2021).

Salienta-se que a mediação das rodas era geralmente realizada por profissionais de Serviço Social, Psicólogos, Enfermeiros e Médicos, que coordenavam as discussões e promoviam a escuta ativa, incentivando a participação de todos os presentes. Assim, foi possível compartilhar informações sobre processos legais de retificação de documentos, meios de acesso ao tratamento de saúde especializado e a importância de fortalecer a rede de apoio para a inclusão social.

Por fim, a formação de grupos de autoajuda emergiu como uma atividade essencial. Esses grupos, compostos por comunidades LGBTQIAPN+, proporcionam um espaço seguro para a troca de experiências, apoio mútuo e fortalecimento de redes solidárias. Além disso, os assistentes sociais desempenham o papel de facilitadores, incentivando a participação ativa dos membros e mediando debates sobre saúde mental, enfrentamento da discriminação e violência (CFESS, 2017).

Nos atendimentos realizados, observou-se que muitos usuários traziam experiências prévias de exclusão e discriminação, o que gerava uma desconfiança inicial no contato. Portanto, é essencial construir uma relação de confiança de forma gradual e solidária, assegurando o fortalecimento de vínculos socioafetivos, para que todos participem das

interações e das comunicações abertas às necessidades e interesses da população LGBTQIAPN+.

Ainda, foi possível refletir que a aplicação das políticas públicas destinadas à comunidade LGBTQIAPN+ era incompleta e apresentava diversas limitações. Tudo indica que a implementação das políticas de saúde e assistência social, garantidas pelo SUS e SUAS, ocorre de maneira fragmentada e, muitas vezes, burocrática (Brasil, 2013a). Embora houvesse esforços para garantir o acesso a direitos essenciais, como a alteração do nome social e o processo transexualizador, os sujeitos enfrentaram dificuldades significativas, como a falta de informações adequadas.

Destaca-se que, apesar das políticas estarem formalmente estabelecidas, muitos desses direitos não são assegurados devido à ausência de coordenação entre os serviços, interseccionalidades e à interrupção de iniciativas conjuntas. Ademais, a resistência cultural e institucional em relação à diversidade sexual e de gênero se revelou como um obstáculo significativo (Benevides; Nogueira, 2021).

Cabe salientar que a ausência de um suporte mais robusto para a sensibilização e formação continuada e interseccional dos profissionais envolvidos nesse trabalho social. O preconceito profundamente enraizado, aliado à escassez de recursos adequados, limita a eficácia e a humanização das intervenções. Ademais, a burocracia excessiva nos procedimentos impede que a população LGBTQIAPN+ acesse seus direitos, evidenciando que, mesmo com as ações políticas em vigor, a inclusão e o acolhimento ainda demandam avanços significativos (Foucault, 1987).

Portanto, com o estudo, foi possível evidenciar a relevância do trabalho interdisciplinar e de articulação entre as redes de apoio na promoção de direitos e na inclusão da população LGBTQIAPN+. Essa experiência foi fundamental para compreender as especificidades dessa política e sua efetividade no combate às barreiras impostas pela discriminação. Atuar nesses ambientes de pluralidade cultural gera um amadurecimento profissional significativo, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de capacidades humanas e práticas de inclusão, de mediação e de escuta ativa na promoção da cidadania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises realizadas ao longo deste estudo, conclui-se que a inclusão efetiva da comunidade LGBTQIAPN+ nas políticas públicas de saúde e assistência social é um processo em contínua evolução. A prática experimentada possibilitou observar como o preconceito, a discriminação e as barreiras institucionais restringem o acesso aos direitos

fundamentais deste grupo. Evidencia-se, portanto, que o Serviço Social desempenha um papel crucial na abordagem dessas questões, promovendo o reconhecimento das diferenças e a inclusão por meio de práticas humanizadas que respeitam a diversidade e asseguram a igualdade.

A experiência foi fundamental para a compreensão da importância de ações interdisciplinares e de políticas públicas direcionadas especificamente à população LGBTQIAPN+. Destacou-se, nesse contexto, a necessidade de continuidade e fortalecimento das redes de apoio, para a aplicação prática do Serviço Social, contribuindo ao enfrentamento das desigualdades de todos os gêneros e formas, e ao fortalecimento de uma rede de proteção mais inclusiva e acessível.

Ademais, identificou-se que a relação entre o apoio à população LGBTQIAPN+ e a questão social é intrinsecamente ligada, uma vez que ambos revelam as desigualdades e exclusões que essa comunidade enfrenta. A questão social, que abrange as múltiplas formas de desigualdade geradas por estruturas econômicas e sociais, manifesta-se de maneira particularmente aguda na realidade das pessoas LGBTQIAPN+. Elas são vítimas de discriminação e violência, enfrentando barreiras significativas no acesso a serviços essenciais e lutando por um reconhecimento pleno de seus direitos. Assim, o Serviço Social desempenha um papel fundamental no enfrentamento das diversas expressões de desigualdade.

Nesse sentido, o assistente social, ao trabalhar com a população LGBTQIAPN+, se engaja diretamente na luta contra a opressão, garantindo que essas pessoas tenham acesso às políticas públicas e aos direitos que lhes são negados. Essa atuação envolve não apenas a superação de barreiras institucionais que o Serviço Social se propõe a transformar, mas também o combate a preconceitos culturais e sociais enraizados historicamente.

Dessa forma, ressalta-se que o relato aprofundou a compreensão sobre as práticas do Serviço Social voltadas à população LGBTQIAPN+, bem como favoreceu a realização da experiência e a partilha de práticas inclusivas, contribuindo para um ambiente mais justo, equitativo e acolhedor. O profissional da área pode criar um ambiente seguro para ouvir as demandas dessa comunidade e fazer a mediação dos grupos de apoio, possibilitando que as pessoas LGBTQIAPN+ compartilhem suas vivências em redes de solidariedade e suporte mútuo. Essa abordagem não apenas fortalece a inclusão, mas também promove um senso de pertencimento e empoderamento entre os participantes para o bem comum.

O Serviço Social desempenha um papel vital na ligação intersetorial com a saúde, educação e a assistência social, garantindo que as pessoas LGBTQIAPN+ tenham acesso aos seus direitos e a serviços essenciais. Além de lutar por políticas públicas que guardem os direitos desta comunidade, os profissionais trabalham para remover barreiras institucionais e

promover ambientes mais inclusivos. Contudo, ainda há uma carência de políticas públicas específicas que atendam às necessidades da comunidade LGBTQIAPN+, considerando as lacunas na formação de profissionais e as fragilidades socioculturais em relação à aceitação e valorização das diversidades humanas destacadas ao longo deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê Assassinatos e Violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BRASIL. **Portaria nº 2.803 de 19 de novembro de 2013**. Redefine amplia o processo transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: DF, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html Acesso em 28 set. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013a. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 3 out. 2024.

CARDOSO, Janaína Gularte *et al.* Discriminação percebida e consequências emocionais da LGBTQIA+ fobia no consumo no Brasil. **Innovar**, v. 32, n. 85, p. 33-47, 2022.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social de 1993**. Lei nº 8.662 de Regulamentação da Profissão. Brasília: DF, 1993.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Transfobia – Caderno 4**. Série: Assistente Social no Combate ao Preconceito. Brasília: DF, 2016.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Dia do Assistente Social 2017: em defesa dos direitos da classe trabalhadora e das liberdades democráticas**. Brasília: CFESS, 2017. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2017>. Acesso em: 03 out. 2024.

COSTA, Cícero Pereira; THOMASI, Tanise Zago. Ações inclusivas destinadas à comunidade LGBTQIAPN+, como práticas da cidadania empresarial no Brasil. **Scientia Iuris**, v. 28, n. 2, p. 71-86, 2024.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

IEPS. Instituto de Estudos para Políticas de Saúde; Agenda Mais SUS. **Boletim 03 - Saúde da População LGBTQIA+**. São Paulo: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, Agenda Mais SUS, 2023. Disponível em: <https://agendamaisus.org.br/wp-content/uploads/2023/06/ieps-boletim03-saude-populacao-LGBTQIA.pdf>. Acesso em: 03 out. 2024.

IGLESIAS, Jéssica Pereira; GONÇALVES, Rafael Silva. **Veja o que cada letra da sigla LGBTQIAPN+ significa. Queer**, São Paulo, 20 jan. 2024. Disponível em: <https://queer.ig.com.br/2024-01-20/-veja-o-que-cada-letra-da-sigla-lgbtqiapn-significa.html>. Acesso em: 31 out. 2024.

LARROSA, Jorge. **Tremores**. Escritos sobre a experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LIMA, Maria Dálete Alves *et al.* Os desafios à garantia de direitos da população LGBT no sistema único de saúde (SUS). **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 3, n. 11, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Serviço Social e Saúde: desafios intelectuais e operativos. **Ser Social**, v. 11, n. 25, p. 221-243, 2009.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *In*: MOTA, Ana Elizabete *et al.* (Org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Raphael Prieto dos; CARDIN, Valéria da Silva Galdino. A necessidade de políticas públicas para jovens trans na consagração do direito à educação básica como direito da personalidade. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 9, p. e10720, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.9-233>.

SCALABRIN, Izabel Cristina; MOLINARI, Adriana Maria Corder. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. **Revista Unar**, v.7, p. 1-12, 2013. Disponível em: http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol7_n1_2013/3_a_importancia_da_pratica_e_stagio.pdf Acesso em 25 set. 2024.

SIERRA, Vânia Morales. A judicialização da política no Brasil e a atuação do assistente social na justiça. **Revista Katálysis**, v. 14, p. 256-264, 2011.